

(JUNTA INTERVENTORA)
PORTARIA COREN/MA N.º 124, DE 20 DE MARÇO DE 2020

O Presidente da Junta Interventora do Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão - Coren/MA, em conjunto com a Secretária da Junta, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei n.º 5.905 de 12 de julho de 1973 e pelo Regimento Interno da Autarquia.

CONSIDERANDO que compete ao Conselho Federal de Enfermagem baixar provimentos e expedir instruções, para uniformidade de suas ações e procedimentos, resguardando o seu bom funcionamento, nos termos do art. 8º, incisos II e IV, da Lei n.º 5.905, de 12 de julho de 1973;

CONSIDERANDO que, nos termos dispostos do art. 22, inciso XII, do Regimento Interno do Cofen, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012, compete ao Conselho Federal de Enfermagem acompanhar o funcionamento dos Conselhos Regionais de Enfermagem, zelando pela sua manutenção, uniformidade de procedimentos, regularidade administrativa e financeira, adotando, quando necessário, providências convenientes a bem de sua eficiência, inclusive com a designação de Plenários provisórios;

CONSIDERANDO os termos da Decisão Cofen n.º 022/2019, que decretou a intervenção no Coren-MA, com duração de cento e oitenta (180) dias, contados de sua efetivação, podendo ser prorrogada por meio de decisão fundamentada do Cofen, e afastou cautelarmente a Diretoria do Coren-MA, bem como os demais Conselheiros Efetivos e Suplentes, pelo período que durar a intervenção de que trata esta decisão;

CONSIDERANDO a Decisão n.º 109, de 1º de agosto de 2019, e a Decisão n.º 21, de 17 de fevereiro de 2020, que ambas prorrogaram a intervenção no Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão e mantiveram o afastamento cautelar da Diretoria, bem como dos demais Conselheiros Efetivos e Suplentes do COREN-MA, pelo período que durar a intervenção de que trata esta última decisão;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde, oficialmente, declarou Pandemia de COVID 19 causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2);

CONSIDERANDO a Portaria COFEN n.º 251 de 12 de março de 2020, a qual cria e constitui Comitê Gestor de Crise – CGC, no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem com o objetivo de gerenciar questões inerentes às crises relacionadas à Pandemia de COVID19, visando baixar recomendações e estratégias de atuação emergenciais, tendo em vista as previsões do Ministério da Saúde e das Autoridades Sanitárias, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a deliberação da Junta Interventora, baixam-se as seguintes determinações:

Art. 1º Do dia 23/03/2020 ao dia 03/04/2020, o horário de funcionamento do **atendimento** na sede do COREN-MA será reduzido, sendo de segunda a sexta-feira das 10hs às 14hs, enquanto que os expedientes das subseções ficarão suspensos.

§1º Os setores **administrativos** trabalharão de maneira remota, devendo os funcionários retirar e entregar as demandas às terças e quintas-feiras, das 10hs às 14hs. O controle das atividades realizadas remotamente deverá ser feito por cada funcionário e descrito no relatório diário que deverá ser entregue à Presidência via e-mail.

§2º Nesse período será disponibilizado, na medida do possível, o atendimento ao público de forma on-line ou por telefone, visando reduzir a circulação de pessoas nas dependências físicas do Regional, em obediência ao COMUNICADO N.º 002/2020/CGC/COFEN.

§3º Poderá ser feito agendamento apenas por telefone, pelo n.º (98) 3194-4207, para tratar de casos excepcionais.

§4º A ouvidoria permanecerá operante e atualizada quanto ao cenário atual epidemiológico para orientações aos profissionais de enfermagem da comunidade, conforme determinado pelo COMUNICADO N.º 002/2020/CGC/COFEN.

§5º Os empregados, colaboradores, estagiários ou conselheiros regionais maiores de 60 anos, os portadores de doenças que comprometem o sistema imunológico, gestantes, pessoas com doenças crônicas que compõem risco de aumento de mortalidade por COVID-19, poderão, dentro das possibilidades, executar suas atividades por trabalho remoto, cujos critérios de medição serão firmados entre o envolvido e sua chefia imediata, até posterior avaliação do cenário epidemiológico.

§6º Os empregados que trabalham com serviços essenciais ao funcionamento do Conselho poderão ser divididos em equipes de trabalho, funcionando mediante rodízio, com prioridade dos mais jovens para realizarem atividades presenciais no Conselho, conforme o COMUNICADO N.º 003/2020/CGC/COFEN.

§7º São serviços essenciais as atividades do **atendimento e da ouvidoria**.

§8º Todos os estagiários serão remanejados para o trabalho remoto (COMUNICADO N.º 003/2020/CGC/COFEN).

§9º Será disponibilizado álcool em gel a 70% e álcool líquido a 70%, além do reforço de sabão líquido e papel toalha, em atendimento ao COMUNICADO N.º 002/2020/CGC/COFEN.

§10 Será realizada limpeza regular compulsória das estações de trabalho e de áreas de contido coletivo (interruptores, maçaneta, corrimão de escada, suporte de apoio para abrir portas, controle remoto, telefone, computadores entre outros), com álcool a 70%.

Art. 2º As fiscalizações externas estarão suspensas temporariamente, porém os fiscais estarão à disposição da Coordenação e do COREN-MA em caso de solicitação de comparecimento.

§1º Diariamente ficará um fiscal no atendimento ao público, para respostas via e-mail.

§2º O fiscal receberá as demandas a serem realizadas de forma remota.

§3º Cada fiscal será responsável por mandar recomendações às Instituições sob sua responsabilidade quanto às medidas de proteção individual referentes ao COVID 19.

§4º Os PAD's levados para fora da sede do COREN-MA serão de responsabilidade de cada fiscal.

§5º O controle das atividades realizadas remotamente deverá ser feito por cada fiscal e descrito no relatório diário apresentados à Coordenação do setor.

§6º Serão encaminhados à Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional (dfep@cofen.gov.br) relatórios periódicos, a cada três dias, das fiscalizações realizadas nas instituições de saúde com foco nas determinações contidas na Portaria 251/2020, consoante previsão do COMUNICADO N.º 002/2020/CGC/COFEN.

Art. 3º Os processos éticos terão seus prazos administrativos suspensos enquanto durar essa medida, e suas possíveis prorrogações.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 5º Dê-se ciência e cumpra-se.

São Luís, 20 de março de 2020.


WILTON JOSÉ PATRÍCIO
COREN-ES 68.684
Presidente da Junta


ANTONIA CRISTIANE SOUZA P. PADILHA
COREN-MA nº 73.519
Secretária da Junta